
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

1. Contexto Operacional

A SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR é uma Sociedade de Economia Mista, vinculada ao Governo do Estado de Santa Catarina. Foi instituída pela Lei Estadual nº 13.335, de 28 de fevereiro de 2005 e posterior alteração conforme Lei Estadual nº 15.500, 20 de junho de 2011. A Empresa tem por objetivo: I) promover a geração de investimentos no território catarinense; II) coordenar, implementar e apoiar o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de Santa Catarina; III) comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas ou privadas; e IV) desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de Governo.

Em 19/09/2019, foi assinado o Convênio de Delegação nº 02/2019, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos a partir da data de sua assinatura, por meio do qual a União, tendo como interveniente o Ministério da Infraestrutura, delega ao Estado de Santa Catarina com interveniência da SCPAR, a administração e exploração do Porto Organizado de Laguna.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – Declaração de Conformidade e Resumo das Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e atualizações posteriores.

A emissão das demonstrações contábeis do exercício de 2020 foi autorizada pela Administração em 31/03/2021.

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis, cabe ressaltar:

2.1. Ativo Circulante

Conforme mencionado, são ativos com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses.

2.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, depósitos à vista, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa. Conforme evidenciado na nota explicativa n. 11, parte dos saldos registrados nesta conta estão vinculados à aplicação da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996.

2.1.2. Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes correspondem aos valores a receber da atividade portuária, referente à administração e exploração do Porto Organizado de Laguna, estão registrados pelos seus valores originais. Em razão do histórico de ausência de inadimplência da Entidade, a Companhia não registra perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, revisando anualmente a citada política.

2.1.3. Tributos a Recuperar

A Empresa optou pelo Lucro Real – Estimativa Mensal, com Balancetes de Suspensão e Redução. Os valores que constam na conta de Tributos a Recuperar referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que compõem a base negativa e Pis e Cofins a recuperar.

2.2. Ativo Não Circulante

São valores com expectativa de realização superior a 12 meses.

2.2.1. Realizável a Longo Prazo

- **Fundo de Investimento:** Saldo composto pela participação da SCPAR no Fundo de Investimento em Empresas Emergentes Inovadas – FUNDO SC, administrado pela FIR Capital BZPLAN de Investimentos S.A., atualizado mensalmente.

- **Consórcio ACATE Juro Zero:** Programa Juro Zero administrado pela Associação Catarinense de Tecnologia – ACATE. Operação feita para viabilizar recursos financeiros junto a FINEP. Valor atualizado mensalmente, conforme rendimento da aplicação financeira junto à Cooperativa de Crédito dos Empregados do Sistema FIESC – CREDIFIESC. No entanto, quando ocorre inadimplência em quaisquer financiamentos, a FINEP saca do Fundo e providencia a cobrança, na proporção dos respectivos percentuais de cobrança de inadimplente, conforme segue:

- Fundo de Garantia de Crédito 50%
- Fundo de Reserva 30%
- Fiança Pessoal 20%

Tais inadimplências estão sujeitas a cobrança (judicial e extrajudicial) da FINEP, e havendo reembolso as prioridades de recomposição da garantia são o ressarcimento da fiança pessoal e o restabelecimento do fundo de reserva, e, por último, a recomposição do fundo de garantia, conforme contrato assinado entre os participantes do programa.

- **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital:** Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, para o Sapiens Parque S.A., no valor de R\$3.045.180,00 (três milhões, quarenta e cinco mil e cento e oitenta reais), conforme processo SCPAr 53/2020.
- **Créditos a Receber do Acionista:** Créditos remanescente de R\$4.070.328,33 (quatro milhões e setenta mil e trezentos e vinte oito reais e trinta e três centavos), decorrentes de convênios firmados com governo do estado, conforme ata da AGE de 04/08/2016 e atas da AGE e Diretoria de 21/12/2016.
- **Convênio Prefeitura Municipal de Lages nº 02/2012:** Convênio para a aquisição de Imóveis e de obras de infraestrutura necessárias à implantação do Parque Industrial de Lages, repassados a Prefeitura Municipal de Lages o valor de R\$7.047.557,91 (sete milhões, quarenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa um centavo)

O acordo ficou inviabilizado nos termos para os quais foi celebrado, pois a principal empresa que iria utilizar o Imóvel informou ao Município de Lages mudanças em seu plano de negócios. Assim culminou com o desinteresse da empresa em usar o Imóvel.

A SCPAr notificou a Prefeitura de Lages, mediante ofício 113/2016, na data de 16 de dezembro de 2016, solicitando ressarcimento dos valores repassados. Ato contínuo, foram abertos os processos SCC 00003754/2017 e SCPAr nº 99/2018, referente solicitação do ressarcimento à SCPAr, dos valores que lhe foram transferidos, incluído atualização monetária pelo IPCA.

Com os desdobramentos dos Ofícios nos 113/2016/SCPAr, 227/2017/GABPRE e 116/2019/GAPRE – que culminaram no Termo Aditivo (T.A.) ao Acordo de Cooperação Técnico Institucional no 002/2012, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), a SC Participações e Parcerias S.A. (SCPAr) e o Município de Lages, assinado em 18/12/2020, processo SCC 3754/207. O Ressarcimento será devolvido à SCPAr em 180 parcelas mensais e sucessivas e observadas a atualização monetária de cada parcela com base no IPCA por meio da retenção da parte da receita de ICMS devida ao Município de Lages; e a transferência direta dos recursos retidos, pela SEF, à SCPAr. A primeira parcela do ressarcimento se deu em 25/03/2021, com data para pagamento da última parcela em fevereiro/2036.

2.2.2. Investimentos

Participações Societárias: Os Valores dos investimentos referentes às participações da SCPAr nas empresas foram avaliados pelo método de Custo e ou pelo Método da Equivalência Patrimonial – MEP, conforme o caso.

2.2.3. Outros Investimentos

- Terreno situado em Blumenau, registrado como investimento conforme plano da Administração, no valor de R\$2.165.163,13 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e três reais e treze centavos), foi transferido pelo Governo do Estado de Santa Catarina para a SCPAr, conforme Decreto Estadual nº 4.274 de 28 de abril de 2006 com finalidade de integralização de capital.

2.2.4. Imobilizado

O Ativo Imobilizado da Empresa é composto basicamente por imobilizações administrativas segregadas em classes bem definidas e com controle individual por bem, deduzido das respectivas depreciações. Para o cálculo da depreciação foi utilizado o método linear, tomando-se por base as taxas definidas pela Administração.

2.2.5. Intangível

A companhia reconhece como ativo intangível o direito vinculado ao convênio de delegação para exploração do Porto Organizado de Laguna junto à União de cobrar dos usuários dos serviços públicos portuários o uso de sua infraestrutura portuária. O prazo iniciou-se 19/09/2019, com vigência de 25 (vinte e cinco) anos a partir da data de sua assinatura. A administração da companhia entende que o exercício deste direito terá fim em 18 de setembro de 2044, caso não ocorra prorrogação do referido Convênio.

Os bens adquiridos pela companhia reverterão ao poder concedente ao término deste convênio, portanto tais valores são registrados em contrapartida de ativo intangível, representando o direito de cobrar de seus usuários pela utilização do serviço público. De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo de concessão.

2.3. Passivo Circulante

Conforme mencionado, são obrigações com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses.

2.3.1. Fornecedores

Fornecedores a pagar, não ultrapassando o prazo de trinta dias, relativo a gastos com as atividades operacionais e administrativas da Empresa.

3. Apuração do Resultado do Exercício

O resultado foi apurado pelo regime de competência para as Receitas e Despesas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a conta Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta os seguintes saldos:

	2020	2019
	34.500.784,72	32.522.074,54
Bens Numerários	756,57	794,30
Bancos Conta Movimento	499.539,98	408.800,39
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	34.000.488,17	32.112.479,85

Destaca-se que em 2020, do total registrado em caixa e equivalente de caixa de R\$ 34.500.784,72 (R\$ 32.522.074,54 em 2019), R\$ 20.609.102,95 refere-se a saldo oriundo de dividendos recebidos pela SCPar Porto de Imbituba, (R\$ 20.196.786,75 em 2019) e R\$ 204.353,86 em 2020 (R\$ 202.350,99 em 2019) da SCPar Porto de São Francisco, e por se tratar de convênios de delegação, que envolve a administração dos portos por meio da legislação específica, a Lei nº 9.277/1996, o Convênio de Delegação atrela a utilização dos resultados financeiros exclusivamente na atividade portuária estando indisponíveis à SCPar para outras finalidades.

5. Dividendos a Receber

Dividendos a Receber de 2019 da SCPar Porto de Imbituba S.A. e da SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A.

	2020	2019
	10.227.031,27	0,00
SCPAr Porto de Imbituba S.A.	9.248.024,86	0,00
SCPAr Porto de São Francisco do Sul S.A.	979.006,81	0,00

6. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de Clientes representam os valores a serem realizados em caixa relativos às receitas oriundas da atividade portuária, referente à administração e exploração do Porto Organizado de Laguna. Os títulos vencidos, quando de seu efetivo recebimento são acrescidos de 2% (dois por cento) de multa moratória, assim como a aplicação de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

	2020	2019
	130.142,03	28.420,73
Vencidos a mais de 60 dias	44.018,66	-
Vencidos a menos de 60 dias	804,37	-
Vencidos a menos de 30 dias	21.857,47	15.484,91
A vencer em até 30 dias	63.461,53	12.935,82

Em razão do histórico de ausência de inadimplência da Entidade, a Companhia não registra perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa, revisando anualmente a citada política.

7. Convênios

	2020	2019
	391.530,99	13.032.808,23
Convênio Prefeitura Municipal de Lages nº 02/2012	391.530,99	7.047.557,91
Convênio Prefeitura Municipal de Imbituba	0,00	5.985.250,32

7.1. Convênio a ser ressarcido pela Prefeitura Municipal de Lages

Quitação de parcelas do Termo aditivo ao acordo de cooperação técnico- Institucional nº 002/2012, conforme descrito no item 2.2.1.

7.2. Convênio Prefeitura Municipal de Imbituba

O valor do Convênio com a Prefeitura Municipal de Imbituba foi baixado como despesa. Objeto: de revitalização do pavimento asfáltico das Avenidas de Acesso Rodoviário norte ao Porto de Imbituba, uma vez que a obra já foi concluída, conforme declarado na nota técnica de 30/11/2020.

8. Tributos a Recuperar

Os valores que constam na conta de tributos a recuperar referem-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que compõem a base negativa, e Pis e Cofins a recuperar. Contém ainda valores decorrentes de estimativa de Imposto de Renda a ser retido no resgate das aplicações financeiras com valor disponível para companhia.

Tributos a Recuperar				
Ano	Tributos	2020	2019	Pedido de Restituição/Compensação
2012	IRPJ	30.021,25	29.590,35	Sim
2016	CSLL	-	558.311,48	Recebido
2016	IRPJ	-	4.952.622,72	Recebido
2017	IRPJ	1.884,71	257.708,43	Sim
2018	IRPJ	28.703,81	454.984,62	Sim
2019	CSLL	1.684,37	-	Não
2019	IRPJ	584.712,33	794.710,50	Não
2020	CSLL	4.111,76		Não
2020	IRPJ	201.443,92		Não
2019/2020	PIS	2.290,23	1.069,06	Não
2019/2020	COFINS	10.558,88	4.934,11	Não
2020	FGTS	310,85		Sim
IRRF - Apropriação		497.261,23	587.265,88	Não
Total		1.362.983,34	7.641.197,15	-

No exercício de 2020, a empresa recebeu restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL do ano 2016. Para os demais saldos estão sendo solicitadas compensações dos créditos junto à Receita Federal.

9. Outros Créditos– Ativo Circulante

Valores referentes seguintes créditos:

	2020	2019
	154.812,88	218.264,97
Seguros a Apropriar	3.386,56	4.585,43
Assinatura a Apropriar	1.036,25	1.036,25
Créditos do Processo SCPAR nº 69/2012	2.364,78	2.364,78
Adiantamento à Filial de Laguna	0,00	200.000,00
Adiantamento à Fornecedores	58.321,04	450,00
Depósito Judicial Trabalhista	49.814,04	9.828,51
Créditos de Funcionários	39.890,21	

10. Realizável em Longo Prazo

Conforme descrito no item 2.2.1., registra os saldos a seguir demonstrados:

	2020	2019
	16.954.986,72	16.029.788,17
Fundo de Investimento	432.923,37	618.147,75
Consórcio Acate Juro Zero	2.750.528,10	2.691.312,09
Adiantamento para futuro Aumento de Capital - Sapiens	3.045.180,00	8.650.000,00
Créditos a Receber do Acionista	4.070.328,33	4.070.328,33
Convênio Prefeitura Municipal de Lages	6.656.026,92	

11. Investimentos

11.1. Participações Societárias

Saldo da Composição das Participações Societárias e outros investimentos.

Investimentos	2020			2019
	Saldos	Equivalência Patrimonial	Integralização de Capital	Saldos
Participações Societárias	345.868.895,16	(14.897.937,34)	8.650.000,00	351.766.832,50
Tecnologia Automotiva Catarinense S.A - TAC	6.175.212,00			6.175.212,00
Sapiens Parque S.A	110.986.196,07	(22.738.276,71)	8.650.000,00	125.074.472,78
Companhia Cat de Águas e Saneamento S.A - Ca	234.432.699,09	7.840.339,37		226.592.359,72
Rossin Automotiva S.A	2.500.000,00			2.500.000,00
Proeza Automotiva S.A	400.000,00			400.000,00
SCPar Porto de Imbituba S.A	50.000,00			50.000,00
SCPar Porto São Francisco do Sul	50.000,00			50.000,00
InveSC	350.000,00		350.000,00	0,00
(-) Provisão p/ perda na Realização dos Inves	(9.075.212,00)			(9.075.212,00)
Tecnologia Automotiva Catarinense S.A - TAC	(6.175.212,00)			(6.175.212,00)
Rossin Automotiva S.A	(2.500.000,00)			(2.500.000,00)
Proeza Automotiva S.A	(400.000,00)			(400.000,00)
Outros Investimentos	2.165.163,13			2.165.163,13
Terrenos	2.165.163,13			2.165.163,13
Total	348.034.058,29			353.931.995,63

As participações societárias nas investidas SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco S.A. são registradas pelo método de custo, pois estão respaldadas pelos “Convênios de Delegação”, firmado entre a união e o Estado de Santa Catarina. (Secretaria dos Portos da Presidência da República, Antaq e SCPAR.). Em especial, por se tratar de convênios de delegação, que envolve a administração dos portos por meio da legislação específica, a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, que autoriza a União delegar aos Municípios Estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais, bem como o Convênio de Delegação atrela a utilização dos resultados financeiros exclusivamente na atividade portuária e indisponíveis à SCPAR.

No exercício de 2020 por meio do Processo SEF 00010488/2020 o Grupo Gestor de Governo (GGG) solicitou à SCPAR que adotasse, com brevidade, os procedimentos internos nessa empresa com o objetivo de realizar o recebimento de 1000 (mil) ações pertencentes ao Estado, da Santa Catarina Participação e Investimentos S.A (INVESC). Esta solicitação do GGG tem origem na liquidação da CODESC, uma vez que as ações que esta companhia possuía da INVESC foram devolvidas ao Estado de SC, fazendo com que este se torne acionista único (o Estado de SC já possuía 99,5% das ações e recebeu mais 0,5% das ações da INVESC, que estavam em posse da CODESC). Ocorre que, por meio de parecer jurídico da PGE/SC, inserido às fls. 18/32 do processo SEF 00010488/2020, ficou assentado que o Estado não poderia continuar como acionista único da INVESC. No mesmo parecer jurídico foi sugerido ao Estado de SC que repassasse tais ações da INVESC à SCPAR, o que foi acatado pelo Estado de SC, conforme evidencia o Ofício GGG nº 034/2020 de fls. 02 do processo SEF 00010488/2020. Por fim, no que se refere à necessidade de avaliação do ativo – ações da INVESC –, para fins do art. 7º da Lei 6.404/76, temos à fl. 73 do processo SEF 00010488/2020: 1.000 ações ordinárias, equivalente a 0,50% do Capital Social que a CODESC possuía na INVESC, no valor contábil de R\$ 350.000,00 de acordo com o Termo de Devolução de Capital n. 01/2020, e Aditivo nº 01/2020, acostados ao Processo CODESC 011/2020.

Desta forma o Acionista, considerando o investimento irrelevante, delibera em aportar 1000 ações ordinárias da Santa Catarina Participações e Investimentos S.A – INVESC, equivalente 0,50% do seu Capital Social, no valor de contábil de R\$ 350.000,00 ao Capital da SCPAR, conforme ata da AGE de 23/10/2020.

11.2 - Outros Investimentos

Terreno–Blumenau - SC

Terreno urbano localizado na cidade de Blumenau/SC, Bairro Progresso, registrado como investimento conforme plano da Administração, contendo área única de 105.247,41 m². O imóvel foi recebido como parte de integralização do capital social pelo acionista majoritário, Governo do Estado de Santa Catarina, por meio do Decreto Estadual nº 4.274 de 28 de abril de 2006.

Considerando o interesse público na utilização dos imóveis, objeto do investimento, a administração optou pela mensuração subsequente do investimento pelo custo.

12. Imobilizado

O Imobilizado da Companhia encontra-se composto conforme descrito no item 2.2.4., apresentando as seguintes mutações no período:

	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Taxas	Depreciação	Saldo em 2020
Custo(-)	219.037,27	8.256,00	0,00		58.596,58	170.696,69
Depreciação/Amortização						
Maquinas e Equipamentos	4.293,21			10%	0,00	3.275,12
Móveis e Utensílios	5.840,37			10%	1.018,09	3.723,52
Sistema de Comunicação	52,42			10%	2.116,85	21,79
Veículos	22.058,87			10%	30,69	0,00
Sistema de Refrigeração	12.693,06			20%	22.058,87	9.971,68
Equipamentos de Informática	0,00	8.256,00		10%	2.721,38	9.982,10
Outros Bens	25,25			10%	1.273,90	16,25
Benfeitorias em Bens de Terceiros	174.074,09			10%	27.367,80	146.706,29

13. Intangível

A movimentação das amortizações no período de 2020 estão compreendidas abaixo, considerando o saldo inicial detalhado do período, sua amortização ao longo do exercício e seu saldo final ao término do exercício social. O demonstrativo líquido do ativo intangível, já considerando a dedução da amortização acumulada ao longo do período é apresentado a seguir:

	Intangível	(-) Amortização do período	Intangível Líquido
Intangível Líquido	121.664,00	831,41	120.832,59
Infraestrutura Terrestre	108.030,00	752,60	107.277,40
Administração	13.634,00	78,81	13.555,19

14. Obrigações Sociais

Representam valores de contribuições federais a serem recolhidos no exercício seguinte, compreendendo tributos de terceiros, segregados conforme abaixo:

	2020	2019
	169.957,63	183.905,21
INSS a Recolher	120.957,01	113.390,11
FGTS	39.737,20	40.973,12
INSS de Terceiros a Recolher	9.263,42	29.541,98

15. Obrigações Tributárias

Representam valores de impostos e contribuições federais e municipais a serem recolhidos no exercício seguinte, compreendendo tributos próprios e de terceiros, segregados conforme abaixo:

	2020	2019
	143.335,66	132.104,96
COFINS a Recolher	10.672,72	6.770,85
IRRF dos Funcionários	118.108,05	116.067,97
PIS a Recolher	2169,92	1.157,42
IRRF de Terceiros a Recolher	751,47	823,04
ISS a Recolher	9.120,50	3.850,14
Tributos a Recolher Lei Federal nº 10833/2003	2.513,00	3.435,54

16. Fornecedores

Registram saldos a pagar à fornecedores na data base de 31/12/20, conforme descrito no item 2.3.1, e a seguir representado:

	2020	2019
	181.588,61	315.204,38
Fornecedores	181.588,61	315.204,38

17. Obrigações Trabalhistas

Constituem as obrigações de Férias a Pagar, FGTS sobre Férias a Pagar e INSS sobre Férias a Pagar, que são apropriados mensalmente.

	2020	2019
	599.228,81	462.906,10
Férias a Pagar	444.531,76	343.402,16
FGTS sobre Férias a Pagar	35.562,53	27.472,15
INSS sobre Férias a Pagar	119.134,52	92.031,79

18. Obrigações Operacionais

Refere-se a adiantamento para Futuro Aumento de Capital, conforme processo SCPAR 53/2020 e 398/2020.

	2020	2019
	253.065,00	200.000,00
Adiantamento da SCPar Matriz	0,00	200.000,00
Sapiens Parque S.A.	253.065,00	

19. Obrigações em Longo Prazo

A Provisão para Contingência Trabalhista foi efetuada para as ações com grau de risco de perda provável, em valores estimados de acordo com a Assessoria Jurídica da SCPar.

	2020	2019
	55.000,00	55.000,00
Provisão para Contingência Trabalhista	55.000,00	55.000,00

Em 31 de dezembro de 2020 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$1.378.314,75 (R\$ 1.378.314,75 em 2019).

20. Patrimônio Líquido

20.1. Capital Social

O Capital Social Autorizado da SCPar é de R\$1.000.000.00,00 (um bilhão de reais), dos quais já foram realizados R\$469.797.004,22 (quatrocentos e sessenta e nove milhões, setecentos e noventa e sete reais e vinte dois centavos), sendo que no exercício de 2020 foram integralizados a importância de R\$ 6.246.180,00 (seis milhões, duzentos e quarenta seis mil e cento e oitenta reais), conforme processos SGPe n^{os} 53/2020, 763/2020 e SEF 10.488/2020.

O Capital Social está dividido em 463.550.824 ações ordinárias nominativas, onde o Estado de Santa Catarina detém 99,999997843% do capital social integralizado, uma vez que 1 (uma) única ação está vinculada ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da SCPar, que representa 0,00000215726% do Capital Social.

20.2. Reserva de Lucros/Prejuízos Acumulados

No exercício de 2020 a SCPAR apresentou Prejuízo Lucro de R\$ -17.874.959,23 (dezessete milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e três centavos). A movimentação da conta de reserva de lucros acumulados encontra-se evidenciada a seguir:

Reseva de Lucros em 31.12.2017	25.129.618,37
Prejuízos do exercício de 2018	(22.930.382,85)
Ajustes de exercícios anteriores	(52.688.099,88)
Prejuízos acumulados em 31.12.2018	(50.488.864,36)
Lucro do exercício de 2019	7.220.571,74
Prejuízos acumulados em 31.12.2019	(43.268.292,62)
Prejuízos do exercício de 2020	(17.874.959,23)
Prejuízos acumulados em 31.12.2020	(61.143.251,85)

21 Receitas de Serviços Prestados

As receitas auferidas pela SCPAR em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:

	2020	2019
	1.686.523,24	247.701,19
Serviços Portuários	1.275.347,30	83.230,82
Receita de Consultoria	411.175,94	164.470,37

22. Impostos Incidentes Sobre Serviços

Os impostos incidentes sobre serviços em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:

	2020	2019
	240.329,68	35.297,42
Cofins	128.175,75	18.825,29
Pis	27.827,70	4.087,06
ISS	84.326,23	12.385,07

23. Distribuição de Resultados.

23.1 Reserva Legal

A Reserva Legal é de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

	2020	2019
Reserva Legal	1.991.934,44	1.991.934,44
	1.991.934,44	1.991.934,44

23.2 Dividendos

Devido ao prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2020, não haverá pagamento de dividendos.

24. Resultados Financeiros Líquidos

Os valores Líquidos dos resultados financeiros apurados pela companhia durante os exercícios de 2020 e 2019, estão compostos conforme segue:

	2020	2019
Receitas Financeiras Líquidas	1.110.174,21	2.093.813,30
Receitas de Aplicação Financeiras	912.440,29	1.928.867,64
Juros Auferidos	14.227,07	
Variações Monetária Ativa	237.647,51	267.056,11
(-)Pis e Cofins sobre Receitas Financeiras	(54.140,66)	(102.110,45)
Despesas Financeiras	(193.264,41)	(720.106,61)
Tarifas Diversas	(8.040,03)	(3.859,56)
Despesas Fundo SC	(185.224,38)	(716.247,05)
Resultados Financeiros Líquidos	916.909,80	1.373.706,69

25. Seguros (Não Auditado)

De acordo com o gerenciamento de riscos operacionais estabelecidos para salvaguardar os ativos da Companhia, foram contratados os seguintes seguros e modalidades:

Modalidade	Risco Coberto	Cobertura - R\$
Veículos - Ford Fusion Tita 2.0 Gtdi Awd Aut. Placa QHK9575	Danos materiais	100.000,00
	Danos corporais	100.000,00
	Danos morais	20.000,00
	Médico Hospitalar e acidentes pessoais por passageiros	10.000,00
		110%FIPE
Veículos - Fiat Linea Essenge Dualogic 1.8 16V Flex Placa QHE2406	Danos materiais	100.000,00
	Danos corporais	100.000,00
	Danos morais	20.000,00
	Médico Hospitalar e acidentes pessoais por passageiros	10.000,00
		110%FIPE
Prédio SCPAR	Incêndio, Explosão e Fumaça	2.000.000,00
	Danos Elétricos	99.142,09
	Subtração de Bens	20.000,00
	Vandalismo	50.000,00
	Quebra de Vidros	100.000,00
	Responsabilidade Civil	100.000,00
	Perda de Aluguel	40.000,00
	Responsabilidade Civil Empresarial	100.000,00

26. COVID 19

A SCPAR vem seguindo todas as orientações repassadas pelo Governo do Estado no combate à crise do COVID-19. O maior impacto na companhia foi no andamento dos processos, tendo em vista que a força de trabalho é pequena e em alguns momentos tivemos uma série de afastamentos de colaboradores devido contaminação pelo vírus.

Na filial Porto de Laguna, também pode-se observar um impacto negativo relacionado ao COVID-19, muitas tripulações de barcos foram acometidas pela doença o que resultou em um movimento abaixo do esperado no ano de 2020 e nesse início de 2021.

A estratégia da empresa, seguindo o preconizado pelo Estado, foi de colocar em trabalho remoto (home office) os colaboradores que se encontram em situação de risco. Durante os períodos de agravamento da crise também foram estabelecidos períodos de suspensão das atividades presenciais e adoção da modalidade de trabalho remoto por todos os colaboradores.

27. Eventos subsequentes

A Administração não identificou a ocorrência de eventos subsequentes que possam impactar as Demonstrações Contábeis ora apresentadas, conforme disposto na NBC TG 24.

Florianópolis, 31 de março de 2021.

Ricardo Moritz
Diretor Presidente
CPF: 376.762.029-49

Jeferson Machado
Diretor
CPF: 983.934.809-49

Paulo Gilberto Cardoso Cunha
Diretor
CPF: 544.065.289.20

Carlos Magno dos Santos Júnior
Diretor
CPF: 645.939.162-91

Jucemar Fernandes da Silva
Contador
CRC/SC 023.835/O-8